
EDITORIAL

O ensino formal foi, em diferentes épocas da história, a expressão do progresso intelectual e material. No primeiro caso a premissa é que a Escola amplia o horizonte da família, trabalha as relações sociais, criando a expectativa de um maior “isolado”, o que se pode concretizar ou não. No segundo, caso há um erro elementar. O progresso material é diretamente dependente da produção coletiva, a qual nem sempre é suficiente para sua divisão entre todos. O progresso material se dá em uma escala menor do que desejam as pessoas, acompanhado de uma apropriação não distributiva. Entretanto, várias nações contemporâneas conquistaram os recursos materiais e humanos necessários à interpretação e domínio dos fenômenos da natureza, o aproveitamento de seus recursos, a fruição de sua beleza. Conquistaram o conforto da moradia, o prazer da vida saudável, a segurança no labor, a justiça da remuneração, a frugalidade da alimentação, a satisfação da escolaridade. Estas nações constituem, hoje, o que se convencionou chamar de Primeiro Mundo.

Na década de 70, surgiu, no Brasil, um fenômeno aparentemente novo. Em algumas comunidades, as Escolas passaram a ser depredadas ou rejeitadas. Surge aí, provavelmente, a idéia de que é possível viver sem escolas. Esse fenômeno aliado aos baixos investimentos governamentais e, na ausência de uma política educacional da sociedade, teve, como resultante, em muitos casos, o desmonte da Escola Pública e, a transformação da Escola Particular em “caça níqueis”, fornecendo um ensino de conteúdo duvidoso.

O Professor, em todos os níveis educacionais no Brasil, passou a ser vítima da sua própria atividade. Ele é o responsável pelo esclarecimento à sociedade da importância da Escola, pela motivação dos alunos, pelo planejamento das atividades escolares, pela busca de recursos públicos, pelo confronto com governantes de mau humor e recebe, na maioria das vezes, um salário incompatível com sua relevância social. Entretanto, ele continua com a convicção de que a Educação, eventualmente, pode não conferir progresso intelectual ou material, mas sabe que está nela a única oportunidade para o cidadão buscar uma melhor condição de vida. Fora da Escola não há salvação. Sem ela, inexoravelmente, retrocederemos, no Terceiro Mundo, da humanização à barbárie.

Defendamos a Educação como Direito de Todos e Dever do Estado. Propagar essa idéia é dever do Professor e do Educador. A publicação do “Caderno Catarinense de Ensino de Física” é parte relevante desse esforço.

Prof. Milton Muniz
Presidente da Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa Catarina